



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

OFÍCIO Nº GP. 166/2018.

Barra Bonita, 27 de abril de 2018.

Senhor Presidente:

Pelo presente estamos submetendo a apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei nº 09/2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019, e dá outras providências.

Informamos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores que a elaboração do presente projeto de lei visa atender as disposições da legislação vigente, sendo elaborado de acordo com as necessidades do Município no desenvolvimento de suas atividades, projetos, programas e serviços prestados a nossa população, e também conforme Audiência Pública realizada no dia 26/04/2018 na Prefeitura Municipal, com a participação popular.

Seguem para conhecimento de Vossa Excelência e nobres Edis os Anexos de Metas Fiscais.

Sendo só para o momento, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei na forma apresentada, e aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos protestos de estima e consideração.

JOSÉ LUIS RICCI
Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor
NILES ZAMBELO JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita
BARRA BONITA - SP

Câmara Munic. da Est. Turística de Barra Bonita
PROT. NO LIV. DESP. 1533
EST. DE Barra Bonita
SUB N. 507
Barra Bonita, 27 de 04 de 18
Marcia



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 09/2018.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2017 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

Parágrafo único – As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DAS METAS FISCAIS

Art. 3º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2019 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido,

Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

CAPÍTULO IV

DOS RISCOS FISCAIS

Art. 4º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta Lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único – Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

CAPÍTULO V

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 5º A lei orçamentária conterà reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

§ 1º - A reserva de contingência será fixada em no máximo 1,5 % (um vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º - Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

CAPÍTULO VI

DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 6º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no plano Plurianual vigente em 2019.

CAPÍTULO VII

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 7º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 8º No prazo previsto no *caput* do artigo 7º, o Poder Executivo e as suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VIII

DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 9º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III - no caso do Poder legislativo, observância aos limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal;

II – nas situações de emergência e de calamidade pública;



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

III – para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V – nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

CAPÍTULO IX

DOS NOVOS PROJETOS

Art. 10 – A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º – A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º – Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO X

DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 11 – Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO XI

DO CONTROLE DE CUSTOS

Art. 12 – Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/2000, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único – Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

CAPÍTULO XII

DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 13 – Observadas as normas estabelecidas pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento à recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 14 Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II – demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão conessor, em relação a sua aplicação direta;



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

VI – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

§ 1 – A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º - As contribuições somente serão destinadas as entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto ao público.

Art. 15 As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 16 As disposições dos artigos 13 a 15 desta Lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 17 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

CAPÍTULO XIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 18 – Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 19 – O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II – revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III – modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e justa;



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

IV – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 20 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como o seu inciso I ou II.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2019 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 22 Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências de recursos orçamentários, quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se categoria de programação, na forma da Lei Federal nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, art. 4º, § 1º, o conjunto formado pelo mesmo programa e pelo mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 23 As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 24 A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2018.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2018 e 2019, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 25 Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início de 2019, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º – Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da Lei Orçamentária.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

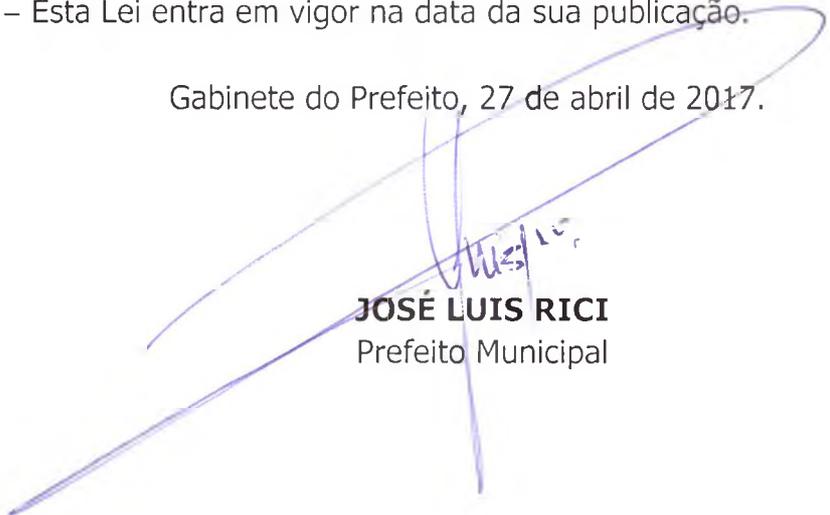
§ 4º - Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os artigos 6º e 7º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2019.

Art. 26 – O Poder Executivo providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, em até 30 (trinta) dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2019, demonstrativos com informações complementares detalhando a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa.

Art. 27 Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde serão consideradas de despesas escritas em restos a pagar em 2019 que forem pagas até 30 de novembro do ano subsequente.

Art. 28 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2017.


JOSÉ LUIS RICCI
Prefeito Municipal

Município de BARRA BONITA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
2019

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

Especificação	2019			2020			2021		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% RCL de PIB ₂₀₁₈	Valor corrente (b)	Valor constante	% RCL de PIB ₂₀₁₈	Valor corrente (c)	Valor constante	% RCL de PIB ₂₀₁₈
Receita total	131.599	126.550	106,8471	141.312	130.363	106,8520	152.018	134.535	106,8432
Receitas primárias (I)	131.000	125.974	106,3607	140.668	129.769	106,3650	151.326	133.923	106,3568
Despesa total	131.599	126.550	106,8471	141.312	130.363	106,8520	152.018	134.535	106,8432
Despesas primárias (II)	131.599	126.550	106,8471	141.312	130.363	106,8520	152.018	134.535	106,8432
Resultado primário (III)=(I-II)	-599	-576	-0,4855	-644	-594	-0,4862	-692	-612	-0,4857
Resultado Nominal	-1.029	-990	-0,8355	-2.157	-1.990	-1,6310	-2.248	-1.990	-1,5800
Dívida pública consolidada	519	500	0,4214	563	520	0,4257	610	540	0,4287
Dívida consolidada líquida	-655	-630	-0,5318	-2.840	-2.620	-2,1474	-5.209	-4.610	-3,6611
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 8ª Edição.

Fonte e Notas Explicativas

Nas Dívidas Pública Consolidada e Consolidada Líquida, bem como no Resultado Nominal não foram considerados os valores do RPPS. Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2019.

Município de BARRA BONITA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2019

AME - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

Especificação	Metas Previstas em 2017 (a)	RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	RCL	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total		0,0000	104.582	103,7818	104582-()	
Receita Primária (I)		0,0000	104.062	103,2658	104062-()	
Despesa Total		0,0000	100.963	100,1905	100963-()	
Despesa Primária (II)		0,0000	100.963	100,1905	100963-()	
Resultado Primário (III)=(I-II)	-()	0,0000	3.099	3,0752	3099-((3099-(-))/(-))*100	
Resultado Nominal		0,0000	1.830	1,8159	1830-()	
Dívida Pública Consolidada		0,0000	2.174	2,1573	2174-()	
Dívida Consolidada Líquida		0,0000	2.056	2,0402	2056-()	

Nota: Excluída a coluna FIE, conforme MDF da STN, 8ª Edição.

Município de BARRA BONITA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
 2019

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

RS milhares

Especificação	Valores a preços correntes										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita total	0	0	0,00	0	0,00	131.599	0,00	141.312	7,38	152.018	7,58
Receitas Primárias (I)	98.376	103.986	5,70	132.200	27,13	131.000	-0,91	140.668	7,38	151.326	7,58
Despesa total	0	0	0,00	0	0,00	131.599	0,00	141.312	7,38	152.018	7,58
Despesas Primárias (II)	102.024	103.440	1,39	132.200	27,88	131.599	-0,45	141.312	7,38	152.018	7,58
Resultado primário (III)=(I-II)	-3.648	546	-114,97	0	0,00	-599	0,00	-644	7,51	-692	7,45
Resultado Nominal	-6.504	2.003	-130,80	2.553	27,46	-1.029	-140,31	-2.157	109,62	-2.248	4,22
Dívida pública consolidada	0	0	0,00	0	0,00	519	0,00	563	8,48	610	8,35
Dívida pública líquida	307	2.176	608,79	2.115	-2,80	-655	-130,97	-2.840	333,59	-5.209	83,42

Especificação	Valores a preços constantes										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita total	0	0	0,00	0	0,00	126.559	0,00	130.363	3,01	134.535	3,20
Receitas primárias (I)	105.260	107.552	2,18	132.200	22,92	125.974	-4,71	129.769	3,01	133.923	3,20
Despesa total	0	0	0,00	0	0,00	126.559	0,00	130.363	3,01	134.535	3,20
Despesas primárias (II)	109.163	106.987	-1,99	132.200	23,57	126.550	-4,27	130.363	3,01	134.535	3,20
Resultado primário (III)=(I-II)	-3.903	565	-114,48	0	0,00	-576	0,00	-594	3,13	-612	3,93
Resultado Nominal	-6.959	2.071	-129,76	2.553	23,27	-990	-138,78	-1.990	101,01	-1.990	0,00
Dívida pública consolidada	0	0	0,00	0	0,00	500	0,00	520	4,00	540	3,85
Dívida pública líquida	328	2.250	585,98	2.115	-6,00	-630	-129,79	-2.620	315,87	-4.610	75,95

*FONTE: CN - SIFPMG - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 27-04-2018 e hora de emissão 09:04

Município de BARRA BONITA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido
 2019

AMR - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Patrimônio Líquido	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	54.105	88,23	46.888	89,74	33.792	78,22
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	7.216	11,77	5.360	10,26	9.409	21,78
TOTAL	61.321	100,00	52.248	100,00	43.201	100,00

* FONTE: CM - SIFPMR - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 27-04-2019 e hora de emissão 09:14

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Barra Bonita: Demonstrativo da evolução do patrimônio do município, constantes em balanços oficiais, comparados com exercícios anteriores, mostrando a mobilidade da administração.

Município de BARRA BONITA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2019

AMP - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ mil.bares

Receitas Realizadas	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	115	117	0
Alienação de Bens Móveis	115	117	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0

Despesas Executadas	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	115	117	0
DESPESAS DE CAPITAL	115	117	0
Investimentos	115	117	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

Saldo Financeiro	2017	2016	2015
Saldo do Exercício Anterior			0
VALOR (III)	0	0	0

* FONTE: CFI - SIFEMO - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade Responsável - CONTABILIZADOR, Data de emissão: 27-04-2018 e hora de emissão: 09:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Barra Bonita; Demonstração da aplicação de recursos provenientes da venda de materiais inseparáveis ao município, mostrando a correta aplicação destes recursos, contabilizados e fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado

Município de BARRA BONITA

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2017 em valores correntes; 2018 à 2021 em Valores constantes à preços de 2018
2019

Este quadro não inclui as receitas intraorçamentárias.

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Realizado		Valores constantes - projeção		
	Arrecadado 2017	Restimativa 2018	Estimativa 2019	Estimativa 2020	Estimativa 2021
RECEITAS CORRENTES	100,771	114,496	118,440	120,033	124,418
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	17,341	19,750	20,340	20,950	21,429
Impostos	15,281	18,182	16,656	17,166	17,928
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	5,468	6,567	6,764	6,966	7,150
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	743	683	703	724	745
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	7,769	7,770	8,009	8,250	8,744
Imposto de Renda Retido na Fonte	1,280	1,146	1,190	1,226	1,269
Taxas	1,010	1,380	1,421	1,452	1,507
Pela Exercício do Poder de Polícia	915	1,280	1,311	1,357	1,398
Pela prestação de serviços	95	100	103	106	109
Contribuições de Melhoria	1,060	2,188	2,253	2,321	2,393
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1,400	1,542	1,588	1,635	1,684
Contribuições Sociais do Servidor para o RPPS	0	0	0	0	0
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	1,400	1,542	1,588	1,635	1,684
RECEITA PATRIMONIAL	405	543	667	688	709
Receitas Imobiliárias	0	0	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	405	543	576	594	617
Demais Receitas Patrimoniais	90	89	91	94	97
Receita agropecuária	0	0	0	0	0
Receita industrial	0	0	0	0	0
Receita de serviços	12,600	13,280	13,678	14,088	14,511
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78,199	90,279	92,966	95,788	98,667
Transferências da União	24,807	34,141	35,153	36,218	37,309
Fundo de Participação dos Municípios	19,232	22,071	23,454	24,357	24,882
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	431	327	337	347	357
Cota-parte do IOF/Ouro	0	0	0	0	0
Outras Transferências da União	10,144	11,043	11,372	11,714	12,066
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	149	43	41	41	41
Transferências do SUS	5,341	6,112	6,206	6,485	6,679
Transferência do Salário-educacão (FNDE)	1,934	1,687	1,737	1,789	1,841
Demais Transferências do FPMF	546	465	478	493	508
Transferências do FNAS	460	398	348	358	369
Demais Transferências da União	2,128	2,402	2,472	2,546	2,622
Transferências dos Estados	37,836	44,586	45,318	46,238	47,151
Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	39,056	34,926	35,373	37,052	38,264
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	6,206	6,178	6,569	6,766	6,969
Cota-parte do Imp.s/ Prod. Industri/Exportações	208	227	220	240	250
Transferência Financeira da CIDE	88	82	84	86	88
Demais Transferências nos Estados	2,278	2,973	3,062	3,154	3,249
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	10,328	12,452	11,795	12,149	12,519
Transferências de Instituições Privadas	171	100	110	122	130
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	0	0	0
Transferências de Convênios	0	0	0	0	0
OUTRAS REC. CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)	2,618	2,713	2,794	2,878	2,964
Juros de empréstimos concedidos	0	0	0	0	0
Compensação entre regimes de Previdência Social	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	11,884	13,217	13,612	14,023	14,441
RECEITAS DE CAPITAL	1,811	13,417	8,110	8,360	8,617
Operações de Crédito	0	0	0	0	0
ALTERNACÃO DE BENS	115	100	110	120	130
Alienação de Bens Móveis	115	100	110	120	130
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0
Amortização de empréstimos	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	3,696	13,417	8,000	8,240	8,487
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
Total geral das receitas	104,582	128,414	126,550	130,463	134,845
Receitas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	100,771	114,496	118,440	120,033	124,418
REC. CORR. LÍQUIDA - PREVISTA NA LOA 2017	102,752				

*PLANET (II) - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais - Unidade responsável - CONTABILIDADE - Data de emissão: 27-04-2018 e hora de emissão: 09:00
MELH: Receita e Contab LRF - www.bonita.gov.br

Município de BARRA BONITA

Quadro II

CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2017 em valores correntes; 2018 a 2021 em valores constantes a preços de 2018
2019

Este quadro não inclui as despesas extraordinárias

LEF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Categoria Econ. e Grupos de Nat. de Despesa	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Empenhado 2017	Reestimativa 2018	Estimativa 2019	Estimativa 2020	Estimativa 2021
DESPESAS CORRENTES	97.365	111.792	115.427	122.123	126.048
1 Pessoal e Encargos Sociais	45.171	47.800	49.234	53.944	55.823
2 Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0
3 Outras Despesas Correntes	52.194	63.992	66.193	68.179	70.225
DESPESAS DE CAPITAL	3.598	16.621	11.123	8.240	8.487
4 Investimentos	3.598	16.621	11.123	8.240	8.487
5 Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
Concessão de empréstimos	0	0	0	0	0
Aquisição de títulos de capital integralizado	0	0	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
6 Amortização da Dívida	0	0	0	0	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0	0	0
Para suplementações	0	0	0	0	0
Para cobertura de passivos contingentes	0	0	0	0	0
Capitalização do RPPS	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL DA DESPESA	100.963	128.413	126.550	130.363	134.535
Despesas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 27-04-2018 e data de emissão 2018.

Município de BARRA BONITA

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2016 e 2017 em valores correntes; 2018 a 2021 em valores constantes a preços de 2018

2019

LRF, art. 4º, § 1º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA DC (I)	306	2.174	480	500	520	540
Divida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Divida Contratual	217	82	0	0	0	0
Emprestimos	217	0	0	0	0	0
Internos	217	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0
Reestruturação da Dívida de	0	0	0	0	0	0
Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0	82	0	0	0	0
De Tributos	0	0	0	0	0	0
De Contribuições Previdenciárias	0	82	0	0	0	0
De Demais Contribuições Sociais	0	0	0	0	0	0
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	0	0	0	0	0	0
Precatórios posteriores a 05/05/2000	0	381	380	390	400	410
Vencidos e não pagos	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	89	1.711	100	110	120	130
DEDUÇÕES (II)	80	118	120	1.130	3.140	5.150
Disponibilidade de Caixa	0	0	0	1.000	3.000	5.000
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.313	9.845	10.000	11.000	12.000	13.000
(-) Restos a Pagar processados	13.229	12.533	11.000	10.000	9.000	8.000
Demais Haveres Financeiros	80	118	120	130	140	150
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	226	2.056	360	-630	-2.620	-4.610

Especificação	2017	2018	2019	2020	2021
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes			-990	-1.990	-1.990
RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes	1.830	-1.696	-1.029	-2.157	-2.248

* FONTE: CFI - SIFEMO - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável: CONTABILIDADE, Data de emissão: 27/04/2019 e data de emissão: 04/04/2019